

Campanha da Fraternidade de 2008 e suas implicações para a luta feminista pelos direitos reprodutivos e do aborto legal e seguro, com atendimento no SUS.

O QUE É A CAMPANHA DA FRATERNIDADE?

É uma campanha que foi criada em 1961 por três padres católicos que dirigiam a Cáritas brasileira, com o objetivo de arrecadar fundos para as atividades assistenciais da Entidade. A Campanha aconteceu pela primeira vez na quaresma de 1962, na arquidiocese de Natal – RN. Depois, ela foi se ampliando até se tornar uma campanha nacional anual assumida pelos Organismos nacionais da CNBB e pelas Igrejas particulares, seguindo as diretrizes gerais Evangelizadoras da Igreja em nosso país. Hoje, a campanha da fraternidade é diretamente vinculada à CNBB e a Cáritas Brasileira.

COMO FUNCIONA?

A Campanha tem três objetivos específicos permanentes:

- a) despertar o espírito comunitário, comprometendo os fiéis na busca do bem comum;
- b) educar para a vida em fraternidade a partir de temas evangélicos centrais para a prática da justiça e do amor;
- c) renovar a consciência dos fiéis na responsabilidade pela ação social e evangelizadora da Igreja, inclusive em seu sustento.

Com esses objetivos, a CF, a de cada ano, tem um tema que mobiliza toda a Igreja, hierarquia, paróquias, comunidades eclesiais, comunidades religiosas e organismos eclesiais.

A campanha funcionou ao longo desses 45 anos assumindo três fases distintas: uma fase de busca da renovação interna da Igreja e das/os cristas/os; uma fase de preocupação com a realidade social e de promoção da justiça à luz de documentos como o Concílio Vaticano II, Medellín e Puebla, quando a Igreja se abriu mais e buscou denunciar o chamado “pecado social” e as injustiças.

Na terceira fase, e é essa que estamos vivendo, a Igreja com a CF se volta para situações existenciais e socialmente estruturantes do povo brasileiro.

A cada ano, é tratado um tema condizente com a fase, com a finalidade de mobilização para uma coleta quaresmal ampla que acontece no domingo de Ramos, ou no domingo que antecede à Páscoa. Essa coleta é revertida para apoiar trabalhos sociais de organizações, movimentos, paróquias e comunidades que atuam no enfrentamento ao problema gerador da Campanha anual. Dessa coleta 60% fica para um fundo local, ou diocesano e 40% é enviado a um fundo comum administrado pela Cáritas brasileira chamado de Fundo Nacional de Solidariedade, para que no decorrer desse ano seja disponibilizado segundo as demandas que estejam de acordo com diretrizes e princípios internos estabelecidos para a partilha dos recursos. Os projetos são avaliados por um Conselho permanente e para sua aprovação é requerida uma carta de recomendação e avaliação de bispos locais onde o projeto acontecerá, seja de alcance local, regional ou nacional.

OS TEMAS

No geral, os temas têm um eixo comum todos os anos, que é a conexão com a defesa da vida.

A palavra “vida” foi componente de lemas e *slogans* em quase todos os anos, em especial nessa terceira fase. Eis alguns temas e lemas: Reconstruir a vida, saúde e fraternidade, fraternidade e vida, a fraternidade e a mulher (90), vida sim, drogas não, fraternidade e pessoas idosas: vida, dignidade e esperança, Fraternidade e água: água, fonte da vida, Fraternidade e Amazônia – vida e missão neste chão, e, por fim, fraternidade e defesa da vida: escolhe, pois, a vida (Dt 30,19).

Com a finalidade de animar e subsidiar as reflexões e coletas anuais, de acordo com cada tema, o livro base é escrito também para ser uma ferramenta de estudo e incentivo à prática renovada,

utilizando o método Ver, Julgar e Agir, muito usado pela Igreja no trabalho com as Comunidades Eclesiais de Base e educação popular.

São convidados teóricos e pessoas de notório saber nas áreas de aprofundamento de cada ano para ajudar na construção desses textos bases (o Ver). Os textos contêm referenciais bíblicos para iluminar a leitura a partir da realidade social (o Julgar) e orientar a prática a partir de uma mudança pessoal e da busca de mudanças coletivas e sociais da quaresma, considerado pelo cristianismo como tempo de mudança de vida. Por fim, uma comissão faz a sistematização de propostas para a reflexão e orientação para a prática (o Agir).

Esses materiais, e um vídeo produzido por Organização Católica, seguem para cerca de 10.000 paróquias e comunidades.

A CF brasileira, na verdade, é uma campanha quaresmal, como as que existem em quase todos os países cristãos, que tem ápice com a coleta financeira. Ela tem profundo alcance entre os católicos praticantes, mas tem sido trabalhada de acordo com o entusiasmo das comunidades e paróquias pelos temas geradores, e os recursos também têm sido distribuídos e pleiteados aos Fundos Diocesanos e ao Fundo Nacional de Solidariedade de acordo com o envolvimento da base eclesial e social com as questões sociais escolhidas e dos bispos se disponibilizarem para apoiar as propostas e projetos.

TEMA DE 2008

O tema gerador de 2008 é a Fraternidade e defesa da vida e o lema “Escolhe, pois, a vida (Dt 30,19)”, são, na verdade, uma redundância, pois basicamente todas as campanhas anteriores também trataram da defesa da vida.

O lema é retirado de uma passagem bíblica do livro do Deuteronômio, num contexto em que o deuteronomista alega que para a felicidade de um fiel de Javé, existem apenas dois caminhos; um é o caminho da vida. Outro é o caminho da morte. São apresentadas as características e valores de ambos os caminhos e depois o conselho: “*Escolhe, pois, a vida...e serás feliz*”.

Foi mais ou menos esse o método pensado pelos organizadores dos textos da CF 2008.

Aqueles que escreveram os textos e prepararam as peças promocionais da Campanha da Fraternidade quiseram incluir no tema “defesa da vida” questões como aborto, não-nascidos, eutanásia, reprodução assistida, pesquisas com células tronco e sexualidade.

A verdadeira intenção da Campanha da Fraternidade 2008, segundo seus autores “(...) expressa a preocupação com a vida humana, ameaçada desde o início por causa do aborto até a sua consumação em vista da eutanásia” (Texto base, manual, p.26).

É gritante, entretanto, o foco de todo o texto base na questão do aborto e sexualidade, a despeito da análise de temas como a pobreza, violência, juventude ameaçada, prisões e meio ambiente; todos tratados de forma superficial e periférica. A análise sócio-política e econômica é pobre e em nenhum momento, por exemplo, houve uma citação sequer a feminização da pobreza, aos ajustes estruturais que afetam muito mais as mulheres ou sobre o direito à vida das mulheres num contexto de globalização neoliberal, que seriam chaves importantíssimas para se analisar, inclusive, aqueles temas no qual a CF 2008 colocou seu foco.

Por trás de tudo isso, como o debate se torna público principalmente por causa do alcance e divulgação na mídia local e nacional, está a intenção de provocar ações e políticas, inclusive governamentais e de Estado, para evitar a legalização do aborto no Brasil e enfraquecer os grupos, políticos e lideranças que defendem a vida com uma outra visão.

RESUMO DA APRESENTAÇÃO DA REALIDADE – A VISÃO POR TRÁS DO “VER”.

A análise da realidade no manual da CF 2008 pretende partir de um pretenso olhar integral sobre a pessoa humana. A Campanha é centrada na pessoa humana, com um marco existencialista e antropocêntrico. Falam da pessoa humana em seu anseio de felicidade e percepção do próprio eu; do anseio de dignidade, do desejo de liberdade, do amor e apego à vida, o desejo de amar e ser

amada/o, da vivência do amor, da diferença do amor erótico, da amizade e do amor caridade, privilegiando o amor desencarnado. A vivência desses anseios, valores e formas de amar conformariam o **caminho da vida** e alimentam a cultura da vida.

Os valores da cultura de morte são apresentados como a autonomia individualista, a busca do sucesso e do êxito individual a qualquer custo, o egoísmo, o materialismo, o acúmulo de bens, o hedonismo, o imediatismo, o utilitarismo, o individualismo, o reducionismo etc.

Segundo os autores, com esses “*ismos*” se constrói uma cultura de morte e exclusão para “descartáveis” na sociedade, em especial para pessoas idosas e os “não-nascidos”. Esses valores são alimentados e cultuados por uma “razão limitada e amor desnordeado” (Texto base, Manual, p. 29). As novas tecnologias e os progressos da ciência também são abordados, mas sem a preocupação em demonstrar os avanços e conquistas para a defesa da vida, seguindo a metodologia dualista e binomial a que se propuseram desde o começo. Essas novas tecnologias estariam a serviço da cultura de morte.

Com uma apresentação que parece buscar apenas demonstrar e informar sobre a realidade o texto é totalmente tendencioso e unilateral.

Os avanços científicos são justificados principalmente pelo desejo de êxito profissional de cientistas, pela disputa por recursos e pela sede de onipotência das pessoas, ou seja, pela vontade de se igualar a Deus. Há muito foco nos perigos das novas tecnologias e avanços científicos, em especial as que envolvem embriões.

Tudo é condenado: as várias formas de reprodução assistida, as pesquisas com células-tronco (há aparentemente uma aceitação das pesquisas com células troncos adultas), as várias formas de “*tanásias*” (*eutanásia, distanásia, mistanásia, suicídios, morte neonatal*); vêm em tudo isso algum tipo de eugenia, abortismo, não-aceitação das limitações ou sofrimentos colocados para seres humanos pelo próprio Deus e a cultura dos direitos.

A fertilização *in-vitro* também é tratada como técnica abortiva múltipla pela redução de embriões, com questionamentos das diversidades e multiplicidades de pais e mães e um questionamento velado dos diferentes tipos de uniões ou família (p. 63). Segundo o manual, na fertilização *in vitro* pratica-se a eugenia e pode ser propiciado o uso de embriões para outras experiências. Segundo o texto, com esses “perigos” o aborto vai sendo culturalmente aceito.

A ABORDAGEM SOBRE SEXUALIDADE E AFETIVIDADE.

Em seis páginas, o manual da CF faz uma análise sobre vida, afetividade e sexualidade a partir do surgimento da psicanálise de Freud. Justificam que foi a *sexualização* de tudo, fundamentada no pensamento psicanalítico, que fez crescer a luta contra a repressão sexual, pela liberdade sexual, daí para o surgimento da pílula e de outros métodos contraceptivos e preventivos até chegar, enfim, no aborto. Juntaram a isso o crescimento do feminismo. Chega-se assim à luta pela legalização do aborto, tratada no texto base como expressão dessa liberação sexual e do *controle da natalidade* assumido por grupos e redes feministas com o argumento da disputa de recursos.

O texto fala da necessidade de outros programas de desenvolvimento integral da sexualidade e afetividade que incluam também a abstinência e a fidelidade, aspectos esquecidos pelos projetos atuais, que teriam seu fundamento no hedonismo e no utilitarismo das pessoas.

O VALOR DA VIDA NÃO-NASCIDA.

Entendem a vida humana como uma realidade desde a fecundação. O embrião já é uma pessoa. Não é somente parte da mãe, mas uma outra vida. Falam das leis que abordam a vida não nascida, a Constituição Federal e os artigos que defendem essa concepção e o Estatuto do nascituro, que é apresentado também como uma bandeira de luta para o Agir cristão durante e depois da Campanha da Fraternidade.

A ABORDAGEM SOBRE O ABORTO.

Questionam os argumentos do número de mortes maternas, apresentado por quem defende a legalização do aborto. Tentam provar erros de cálculos da mortalidade materna em decorrência de aborto e condenam o enfoque sobre o aborto como mal necessário, embora digam que “Lamenta-se profundamente que ocorra uma só morte materna por aborto clandestino, porém esse resultado não justifica tratá-lo como problema de saúde pública”. (Texto base, manual, p.56).

Tentam provar com números de outros países onde o aborto é legalizado o aumento “avassalador” do número de abortos após uma ou duas décadas, mas não informam o aumento populacional.

Questionam o argumento do aumento da curetagem uterina e o apresentam como erro de cálculo, pois nem toda curetagem é feita em razão do que intencionalmente chamam de “abortos provocados”. Os números são menores. Não se justifica, por isso, a legalização do aborto e nem o trato da questão do aborto como questão de saúde pública.

Questionam também o número geral de abortos clandestinos divulgados no Brasil, alegando a impossibilidade de cálculo sobre isso e os argumentos anteriores, com estimativas difíceis de serem comprovadas, inclusive porque o método mais utilizado seria o químico, com medicamentos de alto custo, a que a população pobre dificilmente teria acesso.

Por fim, utilizam o argumento de que não se pode pensar em legalização de tudo, com apoio legal e financiado com verba pública.

Condenam uma visão que chamam de “apenas imediatista”, pensando no que seria bom para a mulher, mas esquecendo da vida não-nascida e no nascituro.

Nós feministas somos apresentadas como manipuladoras, pessoas que correm atrás de financiamento a qualquer custo e queremos apenas comover a opinião pública ao defendermos argumentos como evitar a morte de mulheres e o enfoque na pobreza que afeta mais as mulheres. A prisão de mulheres não é esmiuçada, pois pairam sobre isso dúvidas reais sobre a veracidade e questionamentos sobre os números dessas mulheres pobres, negras e jovens que chegam à prisão por causa da interrupção voluntária e clandestina da gravidez. Esse seria mais um dos argumentos que nós feministas utilizamos para comover a opinião pública e a misericórdia de cristãos e de cristãs.

O argumento da pobreza e morte das mulheres seria usado principalmente por “diferentes redes feministas e por intelectuais, identificando-se o princípio do prazer e do liberalismo como base dessa rede. Esse protesto não parte da classe mais pobre que deseja, na realidade, condições para ter e criar seus filhos” (Texto base, manual da CF, p.59).

O ARGUMENTO DO FINANCIAMENTO EXTERNO PARA O ABORTO.

Segundo o texto base da CF na 1ª. Metade do séc. XX com o temor da explosão demográfica e com o desenvolvimento do feminismo como conquista do direito da mulher a não ter filhos (p.60) surge uma avalanche de pressões para a legalização do aborto e em consequência disso o aparecimento de programas exorbitantes de financiamento, inclusive do Banco Mundial.

A política de financiamento muda depois de 1994 – com a conferência do Cairo - quando foi definido um plano mundial de ação para o planejamento familiar, a saúde reprodutiva, HIV/ AIDS e programas de pesquisa com a dispensa de mais ou menos seis bilhões de dólares até 2004. Segundo o texto base da CF essas ações foram pensadas com uma forte preocupação com o controle de natalidade e controle populacional.

‘A preocupação com a diminuição da natalidade é identificada em citações como essa: “Em muitos casos, são necessários pelo menos cinco anos desde o início de um programa nacional de planejamento familiar para chegar à clara evidência de seu impacto sobre a fertilidade (...). Somente a legalização do aborto, que pode alcançar impacto apreciável em menos de dois anos, afetaria a fertilidade mais rapidamente.’ (In MANUAL, CF. 2008, p. 61, citação de *World Fertility Trends*, 1974. R.T. Ravendholt and John Chao. Disponível em <http://www.ravendholt.com/wfs/worl.zip>).

Por que o crescimento populacional é diferente em países pobres e países ricos?

O texto base da CF analisa essa questão demarcando o pouco crescimento populacional dos países ricos e a tendência ao pouco crescimento populacional nas regiões periféricas urbanas, mas a manutenção do crescimento populacional em áreas rurais tradicionais.

Segundo texto base o que leva uma população pobre a ter muitos filhos é em primeiro lugar a tradição do grupo populacional (p.81). Por trás disso, implicitamente, há uma visão de que lutar pelo planejamento familiar ou desenvolver políticas de população é intervir e se impor em tradições e culturas.

APOIO POLÍTICO DESTA CAMPANHA NAS DIREÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ALIADOS DAS IGREJAS PROGRESSISTAS

Ainda é muito difícil avaliar a quantidade desse apoio. Mas é possível saber por onde andará a apresentação pública disso. É evidente que esta Campanha extrapola os espaços católicos e muitos acabarão se posicionando.

Percebo que há uma tendência de crescer a aprovação da visão conservadora da Igreja entre os movimentos de base cristã, mais com a justificativa de que não se pode esperar muito do Estado, e de que os temas de fronteira não devem ser tratados como mal menor.

Também há uma preocupação com a visão negativa sobre o próprio movimento social ou partido, com medo da perda de militantes, de apoio político, financeiro e votos, diante de uma opinião pública aparentemente mais desfavorável à legalização do aborto e da eutanásia, por exemplo. Entre os movimentos progressistas mistos há sempre o machismo velado ou explícito que dificulta a apresentação ou debate com foco no direito das mulheres. A CF é uma ocasião para acirrar o machismo também dentro dos movimentos sociais mistos e já há dirigentes se aproveitando disso para “derrotar” lideranças feministas que se apresentam a eles como ameaças, usando inclusive as mulheres para disseminar as idéias da Campanha da Fraternidade, impedindo o diálogo, a escuta e a conscientização.

Aqueles que apóiam e entendem a luta feminista em favor da legalização do aborto tendem a fazê-lo ainda sem manifestações públicas. Ainda não foram criadas muitas situações para isso. Redes populares mais amplas unidas por aliança ideológica ainda não se reuniram esse ano e não incluíram essa Campanha da Fraternidade em sua agenda do ano passado. A plenária da Assembléia popular e o Grito dos excluídos e excluídas apenas se reunirão a partir da segunda quinzena de fevereiro.

Há um certo medo do “politicamente incorreto” e ver as outras lutas que seriam as principais desses movimentos prejudicadas por um posicionamento considerado sempre “precipitado e irresponsável”.

Provavelmente, os setores mais progressistas privilegiarão análises que conduzam a um agir mais preventivo do aborto e eutanásia, mas sem o enfrentamento das causas.

E, por fim, a Campanha da Fraternidade compartilha recursos para grupos que apóiem a visão e princípios contidos em seu texto base. Não é difícil prever que movimentos tentarão se adequar para acessar esses recursos. Infelizmente, sempre tem isso.

O acesso aos recursos dependerá da maneira como os movimentos ou Organizações trabalharão esses temas e buscarão os resultados em termos de políticas e ações de prevenção e pela maternidade e paternidade responsável.

As mulheres em situação de prostituição do GMEL, a Marcha Mundial de Mulheres, algumas religiosas assumem publicamente uma posição contrária à investida conservadora expressa nessa

CF.

AÇÃO DA IGREJA PROGRESSISTA NA CAMPANHA DA FRATERNIDADE

A ala progressista da Igreja católica e os Organismos da CNBB mais afinados com a luta social tinham a intenção de promover uma discussão mais ampla sobre a questão da defesa da vida quando foi acatada a proposta do tema de 2008.

Houve várias tentativas de contribuir, por meio de textos e debates para a construção de peças promocionais e textos mais condizentes com as análises progressistas, mas elas não foram levadas em conta e muitas dessas contribuições foram cortadas.

A Pastoral da Mulher Marginalizada, a pastoral social que tem um trabalho específico com as mulheres, com a questão do corpo e da sexualidade, sequer foi convidada a participar na construção desses referenciais e seria cobrada por sua posição publicamente.

Chegou a sofrer ameaças de perda e apoio político eclesial para suas lutas estruturais no que tange à exploração sexual de adolescentes e mulheres e o tráfico de mulheres. Porém, continua com muito apoio pontual de bispos progressistas da Igreja.

Alguns desses bispos têm se posicionado contrariamente à forma como essa Campanha foi construída, têm medo das distorções e retrocessos e já estão sofrendo represálias e perseguições por parte da ultradireita conservadora da Igreja Católica, de alas da Igreja e movimentos como Opus Dei, Canção nova etc. Entre eles está Dom Demétrio Valentini, o presidente da Caritas, o bispo assessor da PMM. Mas que também poderá sofrer represálias ainda maiores por causa disso.

A coordenadora nacional da PMM já sofreu o pedido de afastamento do cargo, sofre acusações e ameaças diárias por parte das alas mais conservadoras da Igreja, questionamentos dentro da própria PMM, por medo das perdas políticas que a pastoral possa sofrer pela defesa da descriminalização do aborto e sofre também a *satanização*, tentativa de criminalização e incompreensão por parte de algumas “lideranças” de movimentos populares, das igrejas particulares, lideranças sociais e partidárias, em especial nos locais e Estados já conhecidos pelo conservadorismo político e práticas antidemocráticas.

As pastorais sociais no geral não apóiam a visão contida na CF, mas pelo sentido da pertença à Igreja Católica, apóiam a Campanha tentando fazer adequações e reflexões mais pertinentes com a realidade social que conhecemos, buscando uma análise de fundo mais amplo e menos dual, evitando focá-las no aborto e eutanásia.

Não devemos esperar manifestações públicas desses setores em favor da descriminalização do aborto ou liberação da eutanásia, a menos que houvesse muito apoio popular da base da igreja e dos movimentos sociais. Mas, podemos esperar apoio na luta por políticas públicas estruturantes, manifestações em favor de maternidade e paternidade responsáveis e promoção de debates e discussões mais democráticas e abertas junto às bases e pequenos grupos.

Ainda não temos uma avaliação do quanto as Comunidades de Base estão ativas na Campanha, mas é comum, a cada ano, muito envolvimento desses setores.

PODER IDEOLÓGICO DA CAMPANHA SOBRE OS / AS MILITANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES?

Há o risco de uma assimilação do que vai pelo senso comum e de *slogans* e discursos dicotômicos. A campanha traz o tema da vida com pretensão de integralidade, mas abusa de uma visão e discurso dualistas. As vozes distonantes aparecem como adversárias da vida e oportunistas. A Campanha da Fraternidade também faz um discurso aparentemente isento, baseado em dados, informações técnicas e estudos bem fundamentados e com apresentação de referenciais teóricos seculares. Isso pode convencer muitas pessoas.

Os movimentos sociais populares se percebem lutando pela vida e por estruturas mais justas, mas falta muito ainda para a contextualização de problemáticas como o aborto e eutanásia a partir de uma abordagem mais ampla com foco nas causas mais globais e estruturais.

Priorizar legalização do aborto e eutanásia ainda não são coisas que unificam, e hoje, para os movimentos sociais e populares as lutas em favor de uma sociedade mais igualitária, economicamente justa e sustentável são em torno de bandeiras que unificam e com mais foco na questão de classe. Isso é uma faca de dois gumes. Ainda não enxergam aborto e eutanásia como questões atinentes à classe.

Os movimentos sociais populares no geral ainda não refletem a realidade contemplando a diversidade de pensamentos, a diversidade de sujeitos e de problemáticas transversais.

É comum encontrarmos a reprodução de idéias machistas, fundamentalismos e preconceitos de raça, orientação sexual e etnia no interior de movimentos muito ativos em suas lutas específicas. Isso se encontra inclusive no interior de alguns movimentos de mulheres e coletivos de mulheres de movimentos mistos.

É também comum e recorrente ouvir falar: “as mulheres da roça, as quebradeiras de coco, os trabalhadores rurais dos sindicatos, os militantes da base dos movimentos de moradia, os desempregados” são contra o aborto, não podemos levar essa visão da descriminalização do aborto, senão podemos ser linchados. Dirigentes se retraem e acabam se ajustando ou evitando o trato desses temas.

Às vezes parece que a única coisa que pode levar ao enfoque desses temas é a inclusão deles em exigências para uma linha de financiamento para projetos de movimentos específicos.

Algumas lideranças e facilitadores temem e não sabem bem por onde começar um trabalho educativo. Vejo um caminho com a educação cotidiana e permanente.

A Campanha da Fraternidade de 2008 está se propondo a trilhar esse caminho do cotidiano, propondo lutas para a criação de comitês em defesa da vida que buscarão uma capilaridade e multiplicação nas bases da igreja e da sociedade. Com certeza, não somente buscarão a adesão de movimentos populares como se aproveitarão de alguns deles para construir esses comitês, incluindo mulheres, adolescentes e jovens.

A outra bandeira de luta será a do direito do nascituro e não faltará incentivo para ela.

Uma campanha como essa tem o poder de desvirtuar e confundir lutas, de minar esforços de trabalhos educativos mais planejados e de longo prazo podendo haver grandes retrocessos na luta popular feminista mais democrática e plural.

AMPLIAÇÃO DO CONSERVADORISMO, DO FUNDAMENTALISMO E DO MACHISMO NA BASE CATÓLICA E NOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES.

A Campanha da Fraternidade de 2008 não só é uma investida para a ampliação do conservadorismo e fundamentalismo dentro da igreja católica como nos movimentos populares e na sociedade civil “desorganizada”. Os riscos que estão colocados são, principalmente: o acirramento do machismo, do desvio da atenção de problemas sociais graves que originam os movimentos sociais para questões apenas existenciais, o risco de acirrar visões dogmáticas, o risco de oportunizar lutas e bandeiras de lutas em razão de apoio eclesial e financeiro, o risco de isolar e satanizar ainda mais o movimento feminista como movimento elitista, oportunista e impopular, risco de impedir outras conquistas do movimento feminista e GLBT, o risco de inviabilizar o aborto legal com atendimento no SUS.

Há o risco de manter as conquistas de políticas públicas apenas no nível emergencial e paliativo, risco de acentuar ainda mais o totalitarismo e sexismo no interior da igreja e movimentos sociais, o risco de perseguição e deposição de dirigentes e educadores progressistas de seus cargos e postos em razão de seus posicionamentos, por diferentes investidas, inclusive a criminalização e difamação incontestes, risco de queda do ministro da saúde, risco de aprovação do Estatuto do nascituro e

retrocessos do ponto de vista da legislação sobre o aborto, risco de ficar cada vez mais distante a aprovação de uma lei de ampliação do aborto permitido no Brasil e a apropriação das mulheres do direito ao seu próprio corpo, o que significa, afinal, manutenção do patriarcado e do sexismo e manutenção da desvalorização das mulheres em outros âmbitos de atuação, risco de fragilizar o Estado Laico e irresponsabilizá-lo perante as reais demandas de políticas de Estado.

ASPECTOS GRAVES E AMEAÇADORES PARA O FEMINISMO E AS MULHERES NOS TEXTOS DE APOIO QUE SERÃO UTILIZADOS NA CAMPANHA E NOS SLOGANS.

Nós feministas, mais a psicanálise de Freud, cientistas e o medo da explosão demográfica, somos tidos como as “culpadas” pelo avanço de uma cultura de morte.

Somos feministas, segundo partes do texto, porque queremos a legalização do aborto a qualquer custo, porque corremos atrás de financiamento e porque apoiamos o controle populacional e o controle de natalidade. Quando defendemos a vida das mulheres somos *imediatistas* e fazemos questão de esquecer da vida do nascituro e da vida não-nascida.

Sabemos que as Organizações feministas trabalham sem recursos, são contrárias ao controle da natalidade e a imposição de políticas visando apenas instrumentalizar as mulheres e as famílias para o povoamento demográfico. Sabemos por números e pela experiência cotidiana em nossos trabalhos que de fato, as mulheres morrem e são presas por causa do aborto, sabemos porque somos mulheres que nossos corpos são alienados de nós mesmas, sabemos quantas mulheres vivem sob o domínio do machismo, sofrem violência doméstica e sexual e não têm direito ao prazer e aos seus filhos.

Mas para eles, somos feministas porque baseamos ideologicamente nosso movimento na cultura de direitos sem deveres, que tem fundo liberal e conservador. Por isso nos apropriamos da luta pelo direito de decidir e do direito ao próprio corpo pelas mulheres.

Enquanto feministas, segundo eles, defendemos o aborto também por utilitarismo e hedonismo, e não temos escrúpulos em recorrer a argumentos apenas para comover a sociedade, tais como o alarmante número de mortalidade materna e a prisão de mulheres pobres. Quanto julgamento e quanta injúria!

A foto da capa, com um senhor idoso segurando e cuidando de um bebê nos materiais escritos da campanha reforça o patriarcado e a idéia da ancianidade e acolhimento de um Deus-Pai sábio, participante e responsável pela condução da humanidade e não de um mero provedor de condições de vida, em contraposição a essas mulheres que agora tem seus filhos sozinhas, podem ter outra companheira e parceira na criação e educação dos filhos, podem fazê-los *in vitro*, podem sustentá-los com o próprio trabalho ou, ainda, podem abortá-los quando bem o queira.

Conscientemente, no entanto, admito que houve uma tentativa de fortalecer a responsabilidade paterna e o valor do pai idoso na foto da capa. Entretanto, para nós seria muito mais fortalecedor, real e verdadeiro uma capa com uma foto de uma mulher jovem, pobre e negra cuidando de seu bebê e defendendo a vida dele e a vida dela mesma. Mas, não fomos ouvidas.

O *slogan* está claro para nós feministas. Escolhe, pois a vida. Para eles, então, se promovemos a descriminalização do aborto, se promovemos avanços científicos, se promovemos a defesa da vivência da sexualidade e “esquecemos da abstinência”, se promovemos a compaixão para com as mulheres, se promovemos ações em favor do direito de decidir, contra a culpabilização, contra o sofrimento humano e a desaposse do corpo das mulheres por elas mesmas, escolhemos a cultura de morte.

O mais grave de tudo isso a meu ver é essa sentença implícita: nós feministas estamos a serviço de uma cultura de morte, individualista, interesseira e liberalizante. Exatamente o oposto do que somos e lutamos.

Quem quererá se aproximar, ouvir ou buscar entender mulheres que defendem a morte, o utilitarismo e o materialismo, principalmente na base que é o que sustenta a Igreja e o patriarcado papal e hierárquico, inclusive financeiramente, por meio do dízimo e de campanhas como essa?

Que morra o feminismo, as mulheres e os progressistas e que vivamos nós e nossos movimentos! A busca é impor derrota política a médio e longo prazo e derrota social em curto prazo.

ENFRENTAR OS DEBATES

Para enfrentar os debates, precisaremos provocá-los, pois eles serão evitados a qualquer custo com pessoas de pensamentos divergentes. O pensamento único é o que tem que prevalecer.

Não penso que devemos responder deliberadamente a pautamentos e provocações. Mas, devemos nos preparar para uma fala amorosa tanto para as mulheres quanto para os movimentos sociais e populares organizados, quanto para a base da Igreja católica (se tivermos a oportunidade) quanto para bispos, padres, freiras, mídia e dirigentes sociais e políticos.

Se não criarmos essas oportunidades, podemos também perder nossas lideranças e dirigentes que estão no interior da Igreja e de movimentos mais avançados que questionam essa visão religiosa. Precisamos enfrentar e criar momentos de debates e manifestações para demarcar politicamente nossos pressupostos políticos e sociais ameaçados e invertidos com essa Campanha, buscando uma capilaridade que atinja das mulheres pobres à universidade, igrejas e, principalmente a mídia. Precisamos da mídia, não só das redes e do nosso leque de alianças, mas da grande mídia, produtoras de cinema e documentários, espaços de debates virtuais etc.

Propostas:

- 1) Fazer a crítica à dominação patriarcal e capitalista contextualizando-a até chegar à nossa luta feminista atual;
- 2) Apresentar o real cenário político, social, econômico e ambiental que causa a cultura de morte e como ele influencia na feminização da pobreza, nos ajustes estruturais e na disputa de recursos; Reconhecer e demonstrar que as mulheres são ainda mais injustiçadas nesse cenário e que isso é inaceitável.
- 3) Fundamentar nossa radicalidade na denúncia daqueles ordenamentos que querem nos disciplinar no campo da dominação patriarcal e capitalista: não somos culpadas, nossos corpos nos pertencem, somos instrumentalizadas, o que pode estar por trás de tudo isso; como nossas práticas e pedagogia partem da consciência e da autonomia dos nossos próprios corpos para a transformação do coletivo, das sociedades e das estruturas, não por desejo individualista, mas por consciência crítica e por sermos sujeitos de direitos e sujeitos históricos de transformação;
- 4) Desconstruir a idéia de que desejamos a autonomia individualista, demonstrar como nós feministas pensamos a autonomia e a liberdade;
- 5) Demonstrar como nossa práxis cotidiana, mesclada do popular, legitima nossa visão e nossas ações no que concebemos ser a defesa da vida; não aceitamos mais a subordinação nem a submissão, não aceitamos as violações aos direitos humanos e ao direito à vida das mulheres;
- 6) Questionar a cultura andro e antropocêntrica que pensa o valor da vida apenas a partir do pretensamente humano e a partir do homem;
- 7) Desconstruir discursos e argumentos a partir de categorias binárias/ duais e fazer a análise crítica da defesa da vida, utilizando a dialética propositiva e as ações afirmativas, inclusive na própria linguagem;
- 8) Desconstruir reflexões que argumentam a defesa da vida somente a partir de pressupostos existencialistas e essencialistas;

- 9) Desconstruir a idéia de que quando apoiamos a legalização do aborto atentamos contra a democracia. Como valorizamos a democracia e o diálogo na defesa da vida e na nossa prática pedagógica e política;
- 10) Reforçar a idéia da solidariedade entre mulheres, como a solidariedade é um princípio fundamental para nós feministas e como valorizamos e enriquecemos a vida por meio dela;
- 11) Contradizer com números e argumentações verídicas os julgamentos e críticas ao movimento feminista no que tange à questão da legalização do aborto e a luta pelos direitos reprodutivos e sexuais, o direito a uma sexualidade saudável e afirmativamente prazerosa para as mulheres;
- 12) Publicar massivamente os números de mortalidade materna em decorrência do aborto clandestino, mesmo sendo estimativas; publicar massivamente os números e casos exemplares de prisão de mulheres por aborto, em especial mulheres pobres, prostituídas, negras e jovens;
- 13) Preocuparmo-nos em fazer uma fala mais próxima do cotidiano das mulheres com quem trabalhamos, exemplificando que e como, de fato, as mulheres morrem em decorrência do aborto, sofrem violências e são donas e têm direito ao seu próprio corpo e ao prazer;
- 14) Apropriarmo-nos de categorias cristãs e religiosas para fundamentarmos e defender nossas posições em favor da vida das mulheres, inclusive das próprias citações bíblicas e da tradição para fundamentar nossos discursos, tais como: Eu vim para que todos tenham vida, e vida em abundância (viver em abundância é ter as condições para bem viver e manter a vida); escolhe, pois a vida (Escolhe, pois, a vida das mulheres); A glória de Deus é o Homem vivo (e a Mulher Viva também); a vida é sempre um bem (sabemos disso por isso queremos milhões de mulheres vivas) etc.
- 15) Esclarecer a população, os movimentos e a igreja, inclusive, sobre o que é controle de natalidade, políticas de população, planejamento familiar e porque nós feministas defendemos a descriminalização do aborto, que aborto não é controle de natalidade ou método contraceptivo, e que não defendemos o *controle* de natalidade; buscando uma linguagem acessível, nos utilizando também da mídia para isso;
- 16) Aproveitar que a Campanha da Fraternidade praticamente se encerra na semana após o dia 08 de março e produzir materiais que desmistifiquem os argumentos da CF e conquistem a adesão e entendimento das pessoas mais simples e que hoje participam das mobilizações do dia 08 de março ou todo o mês de março, abril até o dia 28 de maio (80 dias - duas quaresmas em defesa da vida das mulheres); Incluir os fóruns e articulações regionais de mulheres nas discussões e mobilizações;
- 17) Promover *slogans* em nossas lutas atuais que reforcem a idéia e a verdade de que estamos em defesa da vida e dos direitos das mulheres;
- 18) Demonstrar que também lutamos por aquilo que a Igreja prega para a defesa da vida e que é bom. Não é isto ou aquilo, mas não nos esquecemos de defender a vida de grupos mais discriminados e esquecidos, GLBT, negros, mulheres em situação de prostituição etc.
- 19) Propor reflexões sobre a quem interessa uma Campanha como essa, do ponto de vista do acesso a recursos financeiros, do ponto de vista das políticas públicas e do ponto de vista da transformação social e política mais global;

- 20) Termos uma tríplice estratégia com relação à questão do aborto: 1) lutamos pela educação e planejamento familiar e procriação responsável e opcional; 2) Reconhecemos a necessidade de métodos contraceptivos para as mulheres não abortarem; 3) Reconhecemos a necessidade do aborto legal para as mulheres não morrerem;
- 21) Mas, também reconhecemos o direito de mulheres e homens terem quantos filhos e quando quiserem; reconhecemos também o direito à fidelidade e a abstinência daqueles que assim o queiram;
- 22) Propor a escuta das mulheres pobres dos movimentos de mulheres e feminista para o Agir em defesa do direito à vida;
- 23) Continuar nossos trabalhos educativos com planos estratégicos e exigir políticas educacionais nessas áreas;
- 24) Nos solidarizar publicamente com dirigentes, lideranças e bispos que sofrerem represálias durante essa campanha da fraternidade;
- 25) Esclarecer que quando lutamos pela descriminalização do aborto é uma luta fundamentada em razões de vida; não aceitamos qualquer descriminalização ou a legalização de tudo o que é ilegal; Contextualizamos e fundamentamos cada luta; recusamos as generalizações e as rotulações;
- 26) Entre outros...

ALGUMAS QUESTÕES A MAIS...

Essas pistas para debates são apenas propostas, não é receituário, não. Sei que muitas dessas coisas, quase todas nós, já fazemos. Mas, penso que podemos fortalecer essa discussão nos próximos dias ou meses.

Há também oportunidades para nós dos movimentos feministas e de diversidades que fazem a luta pela ampliação dos direitos reprodutivos e sexuais e pelo direito à vida das mulheres buscando a pedagogia e as alianças mais amplas e fortes, para aproveitar a ocasião e o tempo de desenvolvimento dessa campanha da fraternidade.

Ou seja, de um amargo limão, não só fazer a limonada, mas a boa, animadora e gostosa caipirinha brasileira. Coletivamente podemos pensar o como.

É importante que nossas propostas sejam assumidas pelas diversas redes e movimentos afins, em especial mulheres negras, jovens feministas, movimentos de protagonismo de adolescentes, GLBT, em especial as lésbicas que militam pelo direito a união estável ou pelo direito a ter filhos, movimentos da 3ª. Idade etc.

Por que o feminismo não pode existir também dentro da Igreja Católica e igrejas protestantes? Até quando aceitaremos o emudecimento de nossas dirigentes católicas mais progressistas, somente por serem feministas e por defenderem o direito à vida das mulheres?

Não seria o tempo de um cisma e de nós mulheres pararmos de sustentar, inclusive com recursos, a Igreja patriarcal e hierárquica?

BESTAS é o que não somos!

Bernadete Aparecida Ferreira
Educadora Popular que de Besta não tem nada!

REFERÊNCIAS

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, *Manual da Campanha da Fraternidade 2008: Escolhe, pois a vida. Fraternidade e defesa da vida*. Brasília/SP, edições CNBB e Salesiana, 2008.

PAÑUELOS EN REBELDIA, *Hacia una pedagogia feminista: gêneros y educación popular*. Buenos Aires. Argentina. Editorial El colectivo / América Libre, 2007.

World Fertility Trends, 1974. R.T. Ravenholt and John Chao. Disponível em <http://www.ravenholt.com/wfs/worl.zip>).

REDE FEMINISTA DE SAÚDE, *Aborto: Mortes preveníveis e evitáveis*. Dossiê. Belo Horizonte, 2005.